

Parecer descritivo: a suficiência do relatório avaliativo do ensino fundamental I de Curitiba

JERRY ADRIANO RAIMUNDO^I

KEROLAINE APARECIDA ONIESKO RODRIGUES^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v14i42.3675>

Resumo

Mediante a queixa de alguns familiares e professores sobre o relatório avaliativo da escola, este artigo se valeu da seguinte questão direcionadora de pesquisa: O parecer descritivo do ensino fundamental I (AVALIA), das escolas públicas de Curitiba atende a sua própria função? Para respondê-la, utilizou-se a abordagem mista (Grupo Focal e Escala). Os resultados indicaram que o Parecer Descritivo tem um desenvolvimento histórico apontado para a sistematização do documento, mas o seu modelo não é compreensível para a família (87,22%) ou para os profissionais (72,28%), de modo que os professores consideram que o documento não cumpre a sua função de documento escolar (61,22%).

Palavras-chave: Avaliação estudantil. Boletim. Ensino fundamental I. Parecer descritivo.

Submetido em: 15/09/2021

Aprovado em: 17/03/2022

^I Escola Municipal Maria Clara Brandão Tesserolli, Curitiba (PR), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-1598-110X>; e-mail: prof_jerry@hotmail.com

^{II} Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba (PR), Brasil; <http://orcid.org/0000-0003-2782-0060>; e-mail: kerolaine7@hotmail.com

Descriptive report: the sufficiency of the evaluation report for elementary school I in Curitiba

Abstract

However, due to the complaint of some family members and teachers about evaluative report, this article was based on the following research guiding question: Does the descriptive report for elementary I (AVALIA) in Curitiba's public schools meet its function? To answer this question, was used a mixed approach: qualitatively, we organized a Focus Group of teachers to characterize the function and history of this document; quantitatively, we used an electronic form to measure the teachers' statements. The results indicated that the Descriptive Report has a historical development, pointed to the systematization of the document, but its model is not understandable to the family (87.22%) or professionals (72.28%) so that teachers consider (61.22%) that the document does not fulfill its function as a school document.

Keywords: Descriptive report. Elementary school I. Report card. Student evaluation.

Informe descriptivo: la suficiencia del informe de evaluación de educación primaria I de Curitiba

Abstracto

Ante la denuncia de algunos familiares y docentes sobre el informe de evaluación de la escuela, este artículo utilizó la siguiente pregunta orientadora de la investigación: ¿Lo informe descriptivo de la educación primaria I (EVALIA) de las escuelas públicas de Curitiba cumple su función propia? Para responder, se utilizó un enfoque mixto: cualitativamente, organizamos un Grupo Focal de docentes para caracterizar la función y la historia de este documento; de forma cuantitativa, utilizamos un formulario electrónico para medir las declaraciones de los profesores. Los resultados indicaron que lo Informe Descriptivo tiene un desarrollo histórico, apuntando a la sistematización del documento, pero su modelo no es comprensible para la familia (87,22%) ni para los profesionales (72,28%), por lo que los docentes consideran (61,22%) que el documento no cumple su función como documento escolar.

Palabras clave: Boleta de calificaciones. Escuela primaria I. Evaluación de estudiantes. Informe descriptivo.

Introdução

No Brasil, o relatório avaliativo que as escolas entregam para a família, a fim de comunicar o “desempenho escolar” de seus filhos, recebe vários nomes, o mais comum deles é Boletim. Geralmente, o Boletim está associado a um resultado quantitativo que procura sintetizar o “desempenho escolar” dos estudantes. Outro modo de comunicar à família esse “desempenho escolar” é o qualitativo, que ao invés de notas (numéricas), utiliza um relatório avaliativo, no qual o professor descreve o “desempenho escolar” dos estudantes.

O modo qualitativo de comunicar a avaliação dos estudantes, na região de Curitiba, é chamado de Parecer Descritivo. Especificamente em Curitiba, há uma distribuição marcante dessas possibilidades comunicativas entre as etapas educativas: o ‘Parecer Descritivo’ é um termo utilizado na educação infantil; o ‘AVALIA’ é um termo utilizado nos anos iniciais (1º ao 5º ano); e o ‘Boletim’ é um termo utilizado nos anos finais (6º ao 9º ano). Todavia, o Avalia foi concebido como um Parecer Descritivo pré-sistematizado.

Este artigo tem por objetivo investigar o Parecer Descritivo utilizado no 1º ao 5º ano escolar, chamado avalia, que é um documento do Ensino Fundamental I, pré-sistematizado pela Secretaria de Educação de Curitiba. Contém descritores de aprendizagem, para que os professores possam preencher esse formulário com conceitos, sintetizados nas seguintes siglas: AN, ainda não atingiu; AP, atingiu parcialmente; AT, atingiu tudo; SE, superou o esperado.

Naturalmente, o Avalia (Parecer Descritivo) se modificou ao longo do tempo. Algumas das diferenças entre o formato passado e o formato de agora aparecem na rigurosidade do documento. Em outro tempo, cada docente escrevia o relatório ao seu modo, dentro de uma escolha de formato da escola. Também, havia outros recursos como representar a aprendizagem: por cores, por desenhos e outros critérios não técnicos.

Em vista disso, a Secretaria de Educação padronizou o ‘Parecer Descritivo’ em uma pré-sistematização do documento (AVALIA), unificando em um formato de documento com descritores pontuais, para cada etapa educativa; adotou conceitos (siglas), e tornou o preenchimento eletrônico a partir de uma planilha. Em sua última versão, o documento não apresenta os conceitos avaliativos no relatório impresso, embora sejam preenchidos pelos professores.

Nesse caminho é que o Avalia tem recebido críticas, das quais sintetizamos as principais: dificuldade da família e professores compreenderem os conceitos; a falta de conceitos nos relatórios; a grande quantidade de descritores; a discrepância entre o documento e a avaliação etc.

Para muitas famílias, o relatório avaliativo que recebem da escola, sobre os seus filhos, é de suma importância para conhecer o seu “desempenho escolar” e direcionar as suas escolhas educativas. Esse documento é basilar para a orientação familiar, porque moldam elogios, aconselhamentos, acolhimentos e atitudes disciplinares – oferece uma perspectiva para a família conduzir o estudante a suas responsabilidades escolares.

O Avalia é imprescindível para o Ensino Fundamental I, por isso, mediante as queixas, este artigo o investigou a partir da seguinte questão direcionadora: O parecer descritivo (AVALIA), do ensino fundamental I, das escolas públicas de Curitiba, atende a sua própria função?

Interessa recobrar que a função do Avalia é comunicar o “desempenho escolar” dos estudantes, de tal forma que a família e profissionais, tendo em mãos esse documento, possam interpretá-lo com objetividade, facilidade, em que o contexto avaliativo, que o estudante está inserido, seja representado de forma clara e concisa.

Nesse sentido, o propósito deste artigo foi analisar a suficiência do Avalia em comunicar o “desempenho escolar” dos estudantes. No Brasil há pouquíssimos estudos sobre essa devolutiva avaliativa à família, o que aponta demanda de estudo no campo acadêmico; contudo, é a demanda social e profissional que agrega valor a esta investigação.

Este texto está organizado no seguinte formato: 1. Introdução, esta seção que abriu contexto, problematizou e apontou o objetivo da pesquisa; 2. Prolegômenos do Relatório Avaliativo, um resgate histórico da avaliação e sua caracterização no Brasil; 3. Metodologia, a descrição metodológica utilizada nesta pesquisa; 4. Percurso do Material, no qual se descreve os principais análises e resultados encontrados por esta investigação; 5. Discussão, seção que aponta a correlação dos resultados em seu contexto escolar; 6. Anotações finais, onde são retomadas as principais conclusões e aberturas para novas pesquisas.

Prolegômenos do relatório avaliativo

A implantação das escolas no Brasil se iniciou com a chegada dos jesuítas em 1549, nesse período, a avaliação era realizada através de exames sistematizados, em que os jesuítas ensinavam de acordo com o plano de estudos de Manuel de Nóbrega (ALMEIDA, 2018). Esse modelo de educação estava associado à política colonizadora e durou pouco mais de dois séculos, sendo quase exclusiva durante esse período. Era uma educação elitizada, em que a população de baixa renda tinha pouco acesso, tornando-se assim um instrumento de ascensão social.

Essa metodologia, denominada Ratio Studiorum ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, dos jesuítas, voltada aos costumes da igreja católica, foi substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica implantada pelo Marques de Pombal em 1759, que entra em conflito com os jesuítas e os expulsam de todas as colônias portuguesas, suprimindo todas as suas escolas, para criar escolas úteis ao Estado (SAVIANI, 2013).

Com isso, o Estado assume os encargos da educação pela primeira vez. Porém, segundo Saviani (2013, p. 105), “com a Morte de Dom José I, em 1777, subiu ao trono sua filha, Dona Maria I. Pombal foi demitido e caiu em desgraça, tendo sido julgado e condenado, em 1781”. Com isso, a metodologia pombalina não foi efetivada. Nessa época, a avaliação era realizada somente para certificar se o estudante compreendeu o conteúdo, caso não houvesse compreendido, era projetada uma punição ao mesmo.

De 1759 a 1834, ocorreu no Brasil as reformas pombalinas nas instituições públicas, que tiveram como característica mais marcante, para a avaliação, a questão da obrigatoriedade do encaminhamento de relatórios das atividades realizadas pelos professores, assim como do desempenho de seus estudantes à Diretora-Geral dos Estudos (SAVIANI, 2013).

Com a Constituição da república de 1891, o sistema federativo de governo descentralizou o ensino, formando assim um sistema educacional pouco democrático, levando a responsabilidade do ensino primário aos estados. Porém, o que era para ser uma mudança significativa, representou ainda mais o descaso e o abandono das classes econômicas mais baixas.

Com a revolução de 1930, o país retoma a importância da educação, com uma educação mais democrática e de qualidade social. Em 1931, com o Decreto nº

19.850, de 11 de abril de 1931, funda-se o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados: "Art. 1º Fica instituído o Conselho Nacional de Educação, que será o órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino." (BRASIL, 1931). Nesse novo cenário, a avaliação passa a ser entendida e divulgada, mediante a necessidade dos professores repassarem a aprendizagem dos estudantes.

Houve consequências, a partir dessa mudança, como o alto índice de retenção dos estudantes que começaram a se tornar um problema para os estados, pois com as crianças retidas, nas mesmas séries, impossibilitava a abertura de novas turmas. Esses problemas trouxeram em pauta um sistema de ensino baseado na progressão continuada. De acordo com Barreto e Mitrulis (2001, p. 104) o índice de retenção chegava aos "57,4% na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino fundamental. Estudos realizados pela UNESCO mostravam, à época, que 30% de reprovações acarretavam um acréscimo de 43% no orçamento dos sistemas de ensino".

Em suma, salienta-se que até 1961 a avaliação que tinha como finalidade a classificação do estudante era preconizada. Somente a partir de 1971, com a Lei nº 5.692/71, que a avaliação se tornou um instrumento de medida quantitativa do "desempenho escolar do estudante".

Com essas mudanças e com a intenção de reduzir a retenção e evasão escolar, vários estados brasileiros integraram em suas redes de educação a proposta de ciclos, assim:

O termo ciclo – para designar uma política de não reprovação – apareceu em 1984, com a implantação do ciclo básico de alfabetização na rede estadual paulista. [...] seguindo várias características da proposta de São Paulo, tais como: a eliminação da reprovação, remanejamento de alunos, respeito as diferenças individuais dos alunos [...] o ciclo básico foi adotado em Minas Gerais (1985), Pará (1987), Paraná (1988), Goiás (1988) e Rio de Janeiro (1993) (MAINARDES, 2007, p. 67).

Em 5 de outubro de 1988, foi estabelecida uma nova Constituição, que prevalece os direitos, os deveres, os fins e os princípios norteadores da educação. Com base nesta Constituição foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394 estabelecida em 20 de dezembro de 1996. Nessa lei já se

efetivaram algumas mudanças, favorecendo a educação por ciclos de aprendizagem.

No ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) relataram sobre a educação ciclada, favorecendo a mesma perante os estados, elencando que o ritmo de aprendizado de cada criança passa a ser respeitado. Dessa forma, a avaliação que antes era mensurada por provas e questões objetivas, analisando o estudante quantitativamente, passa a ser de cunho qualitativo, avaliando o estudante numa perspectiva formativa, processual e diagnóstica.

Na cidade de Curitiba, a educação por séries foi substituída pelo sistema de ciclos de aprendizagem com o Parecer nº 487/99 em 12 de novembro de 1999 (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1999a), com o intuito de ofertar uma escola pública de qualidade. Nesse sistema de avaliação, por ciclos de aprendizagem, o processo formativo é contínuo, com caráter participativo e dinamizador. Conforme ressalta o parecer:

Esta avaliação visa ao acompanhamento das aquisições sucessivas que o aluno faz ao longo do processo educativo, considerando seus avanços e conquistas, permitindo o estabelecimento de relações entre as ações didáticas e as estratégias de aprendizagem, possibilitando indicativos para a superação das dificuldades ocorridas durante o processo ensino-aprendizagem. Nessa compreensão, a avaliação da aprendizagem escolar não é ato pedagógico isolado, mas sim ato integrado a todas as outras atividades da escola. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1999a, p. 3).

Ressalta-se, ainda, que há diferentes enfoques teóricos, referentes à avaliação como: avaliação sistêmica, avaliação iluminativa ou compreensiva, avaliação participativa etc. Porém, quando se fala de avaliação estudantil, logo se recobra a avaliação iniciada pelos jesuítas, quantitativa com mensuração por notas.

Há de se considerar, que até os dias de hoje são aplicados exames atribuidores de nota ao conhecimento dos estudantes, como provas, vestibulares, Enem, Prova Brasil, entre outros, ressaltando a cultura de que avaliar é medir o conhecimento. Porém, o processo avaliativo ultrapassa a ideia da mensuração, porque há muito mais a dizer sobre a aprendizagem do sujeito educacional do que um número possa expressar. Nesse sentido, a deliberação nº 007/99, intitula a avaliação como:

Art. 1.º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos,

bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor. § 1.º - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem. § 2.º - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino. § 3.º - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1999b, p. 1).

Entendida a avaliação de Curitiba como se descreveu, sinteticamente acima, este artigo se ocupa de problematizar a devolutiva dessa avaliação aos estudantes e seus familiares. No Brasil, não se encontrou estudos sobre esta devolutiva, embora haja pluralidade de pesquisa sobre a avaliação em si. Comunicar o “desempenho escolar” dos estudantes é uma obrigação da instituição escolar implicada no processo de avaliação.

A respeito do Parecer Descritivo, do Ensino Fundamental I de Curitiba, chamado de Avalia, que este artigo empenhou a investigação de sua história e sua função.

Metodologia

A pergunta que direcionou esta pesquisa foi: o Parecer Descritivo (AVALIA), do ensino fundamental I, das escolas públicas de Curitiba, atende a sua própria função? Para respondê-la, a pesquisa utilizou a abordagem mista: pela via qualitativa, realizou um Grupo Focal de professores, para caracterizar a função e a história desse documento; pela via quantitativa, organizou um Formulário eletrônico, para mensurar as afirmativas dos professores.

O Grupo Focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados, aplicada neste artigo para obter informações a partir de um grupo de professores, que atuam em uma mesma etapa educativa. Para Gomes (2005, p. 279), a finalidade desta técnica “é extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo sentimentos, opiniões e reações que resultariam em um novo conhecimento”.

O grupo foi formado uma semana antes de sua execução. Foram convidados somente professores do Ensino Fundamental I, procurando diversificar as escolhas com os seguintes predicados: tempo de serviço, professores/pais de estudante, local de trabalho e comunicabilidade.

O Grupo Focal foi realizado no dia 14 de julho de 2021, no período noturno, com sete participantes e dois mediadores. Foi utilizada a plataforma online Bigbluebutton, para reunir e gravar a reunião.

Após a transcrição da reunião, foi utilizada a Análise de Conteúdo para interpretar o material. Assim, segundo Bardin (1977, p. 37), essa metodologia propiciou analisar a comunicação dos professores para a “classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem”. Desse modo, os dados do Grupo Focal foram agrupados, ao critério de significação temática emergente, e depois sintetizados em afirmativas qualitativas.

Na abordagem quantitativa, o ‘Google Forms’ foi usado para gerar um Formulário com as afirmativas derivadas do Grupo Focal. O formulário foi estruturado para receber informações dos participantes através da ‘Escala de Diferencial Semântico’ bipolar de 7 pontos, tendo em seus polos (opostos) os termos Concordo e Discordo (GIL, 2008), sobre cada afirmativa.

A amostra do formulário é não probabilística por conveniência, distribuída entre professores da escola pública de Curitiba, a fim de alcançar o maior número possível de participantes. Somou um total de 107 respostas (n=107), no espaço de um mês (agosto/setembro, 2021).

Para explorar o resultado do formulário, procedeu-se com as seguintes análises: Estatística Descritiva, para buscar a caracterização dos sujeitos; Tabulação Cruzada, para interpretar a escala; e, Teste de Correlação de Pearson, para obter a correlação dentre as respostas agrupadas no Formulário – Esses dados foram executados com o software estatístico GNU PSPP.

A sequência desta metodologia é entendida como Estratégia Exploratória Sequencial, que para Creswell (2007, p. 218) tem o objetivo de usar os resultados dos dados quantitativos “para auxiliar na interpretação de resultados qualitativos”. Os procedimentos desta pesquisa se complementam com o objetivo de apreender a suficiência do documento Avalia. Os dados foram descritos em gráficos, quadros e tabelas.

Percurso do material

A produção dos dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizou-se um Grupo Focal com sete professoras da RMEC (Rede Municipal de Educação de Curitiba), a fim de discutir as características, a função, a história e a utilidade do

Avalia. Em seguida, elaborou-se um formulário, com escala de diferencial semântico, a partir das principais afirmativas emergidas do Grupo Focal; do qual, 107 professores contribuíram com a sua experiência.

Este texto apresenta os resultados numa abordagem mista, embora os dados tenham sido apreendidos em etapas diferentes, a sua leitura expressa melhor sentido ao ser descrito em conjunto.

O Quadro 1 demonstra as principais características das participantes do Grupo Focal, que interagiram com os mediadores.

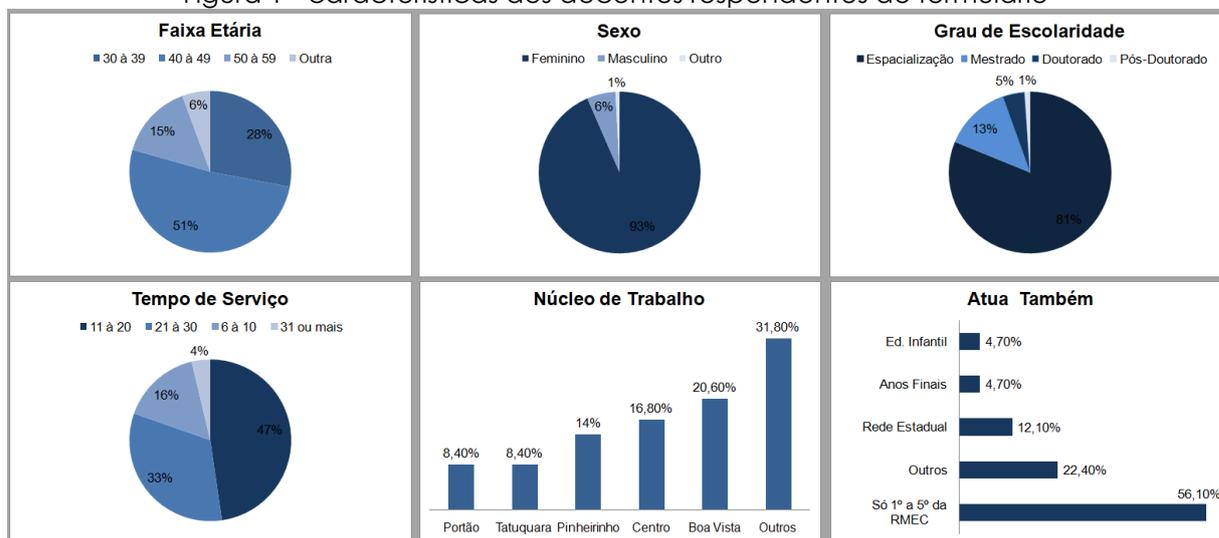
Quadro 1 - Características das participantes do grupo focal

Identificação	Função	Tempo de serviço	Núcleo
PROF10	Ed. Física	12	Matriz
PROF20	Pedagoga	16	Boa Vista
PROF30	Professora	11	Santa Felicidade
PROF40	Professora	11	Pinheirinho
PROF50	Professora	29	Cajuru
PROF60	Orientadora	30	Cajuru
PROF70	Professora	6	Araucária

Fonte: Os autores (2021).

A Figura 1 mostra um resumo com as principais características dos professores que responderam o formulário (n=107).

Figura 1 - características dos docentes respondentes do formulário



Fonte: Os autores (2021).

O Grupo Focal foi um procedimento fundamental para apreender informações gerais e aprofundadas sobre o Avalia, reverbera a perspectiva de Gomes (2005, p. 283) sobre o esse procedimento: "a interação entre moderador e participante e entre participantes têm o potencial de acrescentar profundidade e

dimensão ao conhecimento". Desse modo, o Quadro 3 esboça os principais agrupamentos associados a partir da interação com as professoras, compostos pela transcrição de suas próprias palavras.

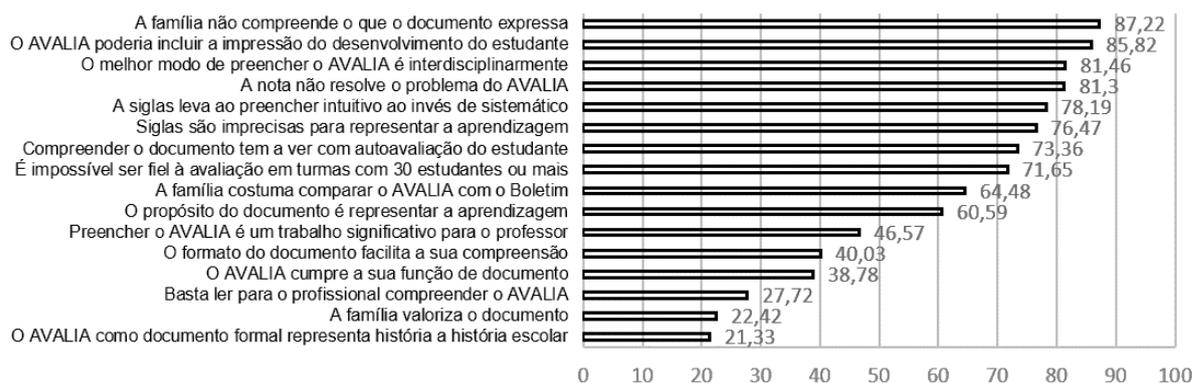
Quadro 3 - Principais excertos que caracterizam os agrupamentos emergidos do grupo focal com as professoras

Código	Excertos	
	CARACTERIZAÇÃO DO PARECER DESCRITIVO	
PROF30 (2021, p. 1).	[...] foi passado para nós que ele é uma narrativa escrita em que se descreve a caminhada, o percurso, do estudante [...] é um documento que representa a estadia do estudante na escola porque descreve como ela esteve.	
PROF60-p. (2021, p. 2).	[...] o quê se tenta agora, no Ensino Fundamental I é estabelecer uma regra para se ter uma linha só em toda prefeitura.	
COMPARAÇÃO COM OUTROS RELATÓRIOS		
PROF20 (2021, p. 1).	[...] a educação infantil pegou bem a essência do que é o parecer descritivo, descrevendo o estudante, é um acompanhamento do seu desenvolvimento [...] Já no Ensino Fundamental ele perde um pouco dessa essência, então não se tem uma avaliação individual [...] usa-se conceitos para que os professores possam acompanhar o desenvolvimento, mas com 30 estudantes em sala não se tem esse olhar individual.	
PROF20 (2021, p. 3).	[...] os pais comparam seus filhos que estão de 6º ao 9º anos com notas de 0 a 100, [...] eles sabem compreender melhor essa nota de 0 a 100 do que o Parecer Descritivo; [...] os nossos pais têm muita dificuldade em saber e entender esse Parecer Descritivo.	
COMPREENSÃO DO PARECER		
PROF40 (2021, p. 3).	[...] se o pai entende, ele valoriza aquele papel; se ele não entende, não valoriza; então, ele acaba não sabendo como tá o seu filho. [...] Esse Parecer Descritivo da prefeitura, assim em relação aos pais, não alcança o objetivo que deveria ter.	
PROF20 (2021, p. 4).	A maioria dos pais nem leem. Pega ali e descarta, porque você pega uma folha frente e verso toda cheia [...] sem contar o tamanho, o visual ali é sobrecarregado.	
PREENCHIMENTO		
PROF40 (2021, p. 4).	[...] tem aquela discussão também, você tá preenchendo o avalia e o que é um parcialmente? [...] o que é um totalmente atingiu? É de 8 a 10? Ou é só para quem tirou 10? – A gente fica muito nisso também.	
PROF50 (2021, p. 5).	[...] o Parecer Descritivo do primeiro ao quinto ano já traz posto, pronto, [os descritores] [...] a pessoa só coloca a classificação ali onde a estudante tá [...] para gente isso não significa nada...	
SUGESTÕES PARA O PARECER DESCRITIVO		
PROF10 (2021, p. 6).	[preencher] Sempre com interdisciplinaridade, conversar na porta da sala, gente o que é um ganho quando você conversa na porta da sala com a professora na saída de uma área de conhecimento...	
PROF40 (2021, p. 7).	Assim como avalia não reflete o caminhar do estudante, a nota também não vai refletir completamente o aprendizado do estudante.	
PERSPECTIVA FAMILIAR		
PROF70 (2021, p. 8).	O Parecer Descritivo são os meus olhos para o desenvolvimento escolar delas [filhas], já que o diálogo diário professora é difícil.	
PROF30 (2021, p. 8).	A nota daquele tempo [...] nada mudou para o estudante até agora, porque a nota faz a estudante parar e refletir sobre ela mesma: se eu fui bem ou se eu fui mal [...].	

Fonte: Os autores (2021).

A elaboração do formulário de pesquisa teve como base a discussão das professoras no Grupo Focal, sobre o Avalia. Os agrupamentos das discussões foram condensados em afirmativas, que no formulário foram postas como cada elemento da escala de diferencial semântico. Desse modo, as respostas dos professores (n=107) são exibidas em nível de concordância sobre as afirmativas, resumidas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Nível de concordância dos professores sobre as afirmativas do formulário



Fonte: Os autores (2021).

Das características do Avalia, as professoras afirmaram que é um documento com a função de descrever o percurso do estudante na escola. Trata-se de um documento com um percurso histórico, o seu desenvolvimento foi marcado pela sua sistematização; no passado, o documento poderia ser construído no formato em que cada escola deliberasse e, agora, tem se desenvolvido para um formato que padroniza o relatório para toda a RMEC.

Algumas das diferenças, entre o formato passado e o formato de agora, aparecem na rigurosidade do documento. Em outro tempo, cada docente escrevia o relatório ao seu modo, dentro de uma escolha de formato da escola. Também, havia outros recursos como representar a aprendizagem por cores, por desenhos e até mesmo critérios não técnicos. Em vista disso, o Avalia padronizou o 'Parecer Descritivo', unificando em um formato de documento com descritores pontuais, para cada etapa educativa.

As professoras do Grupo Focal reafirmaram o Avalia como um documento formal; que, embora tenham críticas sobre a sua estrutura, concordam que deve representar a aprendizagem escolar do estudante. Essa afirmativa reverberou quantitativamente no formulário, em que 60,59% dos professores a apoia.

No município de Curitiba há dois outros formatos de documentos para descrever a aprendizagem dos estudantes, a saber: Parecer Descritivo, para educação infantil; Avalia, para o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); e, Boletim, para Anos Finais (6º ao 9º ano). Historicamente, as famílias estão mais habituadas com o uso de notas (numéricas), um dos motivos é a sua própria experiência de estudante em que suas notas eram representadas quantitativamente. Sendo assim, tem sido corriqueiro a comparação do Avalia, principalmente com o Boletim.

As professoras do Grupo Focal aprofundaram nos motivos dessa comparação. O 'Parecer Descritivo' da Educação Infantil traça uma descrição individual da aprendizagem do estudante, é um documento qualitativo e singular, que expressa o desenvolvimento infantil na escola. Em outro viés, muitas famílias comparam o Boletim (dos anos finais) com o documento do Ensino Fundamental I, alegam que a nota é mais fácil de compreender do que os descritores do Avalia.

Há variação na devolutiva do "desempenho escolar" dos estudantes em Curitiba, em cada etapa educativa a família se depara com um documento diferente para relatar a aprendizagem dos estudantes.

As professoras expressaram que o Avalia deve informar a família sobre o "desempenho escolar" dos estudantes, mas se não compreendem a descrição, a comparação aparece como uma queixa sobre a qualidade do documento. Do formulário, 64,48% dos professores concordam que ocorra essa comparação.

De um documento escolar, que é oferecido à família, importa muito que seja compreensível pelo receptor; quando o documento não faz sentido, a sua função perde no seu valor. As professoras relataram que alguns pais não tentam mais ler, jogam fora, reclamam, questionam etc. O documento importa, porque a família quer saber como é o "desempenho escolar" do estudante e, quando necessário, poder intervir com acompanhamento, apoio, disciplina etc.

Portanto, as professoras afirmam que a família não valoriza o Avalia que recebe, principalmente porque não encontra sentido em um documento que não representa, objetivamente, a aprendizagem do estudante. Do formulário, 77,58% dos professores apoiam esta afirmativa.

A PROF60 explicou que o Avalia não é o único instrumento para demonstrar a aprendizagem dos estudantes, porque as atividades, cadernos e diálogo com professor e pedagogo compõem o relatório. No entanto, essa dinâmica não se

formaliza como um documento que representa o desenvolvimento histórico de aprendizagem do estudante.

O acompanhamento pedagógico tem essa implicação de comunicar (dialogicamente) à família o “desempenho” do estudante, mas é o documento que deve materializar esse “desempenho”. Isso também se justifica, por exemplo, na transferência de estudantes entre escolas, em que o documento (Avalia, Boletim, Parecer Descritivo) o acompanha para sintetizar a história de sua aprendizagem.

Essa é a afirmativa de maior concordância nos dados do formulário (87,22%): A maioria dos familiares não compreende aquilo que o Avalia expressa da aprendizagem de seus filhos. Nas palavras da professora “*A maioria dos pais voltam para perguntar. Mas como que tá? O que isso quer dizer? [...]*” (PROF40, 2021, p. 4).

As professoras colocaram que o documento era difícil de compreender e agora, não expressa a aprendizagem dos estudantes, apenas lista os conteúdos que estudaram. Nesse sentido, os professores do formulário discordam (72,28%) que ler o Avalia seja suficiente para compreender o “desempenho escolar” do estudante.

No início da sistematização do Avalia, os professores anotavam siglas para cada descritor no documento em papel, do estudante. As siglas são: AN, ainda não atingiu; AP, atingiu parcialmente; AT, atingiu tudo; e, SE, superou o esperado. Hoje, o preenchimento é feito numa planilha eletrônica, que a secretaria de educação fornece, depois é impresso para entregar à família.

Embora as siglas sejam um modo de sistematização, a sua referência significativa gera dúvida aos professores, isso porque não houve um acordo coletivo do que podem representar essas siglas. Isso causa imprecisão no preenchimento do documento, 76,47% dos professores, respondentes do formulário, concordam com isso. Algumas siglas são muito abrangentes, como afirmou a professora: “*Geralmente quando eu vou colocar aquele 'atingiu parcialmente' você pega uma margem muito grande dos estudantes*” (PROF50, 2021, p. 5).

Desse modo, os professores do formulário concordam (78,19%) que a inconsistência das siglas do Avalia, os levam a optar por um preenchimento intuitivo (irrefletido), ao invés de um preenchimento sistemático da aprendizagem de cada estudante.

Avalia é um documento pré-sistematizado, em que os professores apenas inserem siglas que classificam a aprendizagem. Esse processo de sistematização, por

um lado, facilita o trabalho docente no preenchimento do documento e unifica os descritores; por outro lado, perde no seu caráter descritivo, pois dificulta colocar outro descritor além dos elencados.

Preencher o Avalia é um processo difícil para os professores. As professoras percebem que a avaliação do estudante tem sido um processo solitário, embora o estudante seja atendido por uma equipe relativamente grande de profissionais. A PROF10 enfatizou que a construção do Avalia deveria ocorrer durante o conselho de classe, com os profissionais reunidos para fornecer uma avaliação interdisciplinar do estudante – o que poderia tornar a avaliação mais fidedigna. Essa é uma proposição muito pontuada no formulário (81,46%), a avaliação interdisciplinar em conjunto, ao invés de individual. Essa importância se acentua com a seguinte expressão: 71,65% dos professores respondentes do formulário concordam que em uma sala de 30 a 35 estudantes é impossível preencher um Avalia fiel à aprendizagem de cada estudante.

Um número expressivo de professores (formulário) (46,57%) concorda que: embora haja críticas, preencher o Parecer Descritivo (Avalia) é um trabalho significativo para os professores – possivelmente porque sintetiza o seu trabalho.

No Grupo Focal, as professoras acordaram que mudar o Avalia para um sistema de notas (quantitativo) não resolve os problemas do documento. Colocaram que a nota é objetiva, na expressão da aprendizagem, porém escamoteia a complexidade do desenvolvimento do estudante. Nesse sentido, a nota fragmenta a representação diversificada da aprendizagem e se torna um instrumento de objetificação do sujeito.

Isso colocou as professoras em alerta, como afirmou as professoras: “[...] na hora que a gente coloca nota, a gente acaba se esquecendo da real aprendizagem do estudante” (PROF60, 2021, p. 7). A descrição possibilita uma maior reflexão sobre o estudante, enquanto a nota se fecha numa quantificação de resultados. Nesse sentido a professora foi enfática: “essa noção de nota é uma arma” (PROF60, 2021, p. 7), no sentido de que a nota se transforma em “punição” do estudante, porque não recebeu uma avaliação interdisciplinarmente refletida.

Essa proposição foi colocada no formulário e obteve alta concordância (81,3%), na seguinte formulação: A nota (numérica) não resolve o problema do Avalia, é necessário desenvolver um documento que possibilite representar a aprendizagem do/a estudante com qualidade. Do formulário, 40% dos professores

concordam que o formato do Avalia é de fácil compreensão – esse é um número expressivo, embora aponte discrepância com o resultado da suficiência desse documento.

As professoras participantes do Formulário (85,82%) e do Grupo Focal concordam que o Avalia poderia abarcar mais do que descritores fechados, possibilitando o registro de impressões dos professores, sobre o desenvolvimento do estudante. Nas palavras da professora:

[...] a escola não é só conteúdo, eles estão lá estabelecendo relações, eu acho que também é importante saber como que tá esse amadurecimento emocional, esses relacionamentos com os colegas, com os professores [...] gostaria que nós, professores, conseguíssemos enxergar nosso educando como um todo, com seus sentimentos, suas impressões [...] além dos conteúdos, por trás da mão que escreve tem uma criança que pensa e se relaciona com o conteúdo, professor, colega etc., são coisas do dia a dia que torna o parecer único (PROF40, 2021, p. 10).

Na perspectiva docente, a descrição é o melhor modo de representar a aprendizagem dos estudantes; porém, os professores observam que os familiares demandam de um relatório (documento) mais objetivo e compreensível para acompanharem o “desempenho escolar” do estudante.

A compreensão da família se estende ao estudante, importa que o sujeito estudante compreenda o seu “desempenho”, nas palavras da professora:

[esse é] um momento bem esperado pelos estudantes aqui em casa, porque a gente sempre conversou sobre o que é [o Avalia], porque daquilo, como que aconteceu [...] e explicamos porque eles também não entendem, eles querem saber se foi bem, se foi mal [...] (PROF40, 2021, p. 7).

A discussão do Grupo Focal apontou que para o estudante a nota ou a descrição não é uma grande diferença, porque querem saber do seu “desempenho”; embora, no contexto familiar a descrição ofereça mais informações para discutir sobre o seu “desempenho”. Nesse sentido, 73,36%, dos que participaram do formulário, concordam que: Compreender o resultado do seu “desempenho escolar” auxilia o estudante na sua autoavaliação e sua reflexão escolar. Nesse sentido:

A auto-avaliação é um processo de metacognição, entendido como um processo mental interno através do qual o próprio toma consciência dos diferentes momentos e aspectos da sua actividade cognitiva. É a actividade de autocontrole reflectido das acções e comportamentos do sujeito que aprende (SANTOS, 2002, p. 2).

O Avalia, enquanto um documento escolar representativo da aprendizagem do estudante tem a sua importância para a instituição, para o histórico do desenvolvimento do estudante, para o professor, para a família e, talvez, o mais importante, para o próprio estudante como sujeito de aprendizagem. Esse que necessita do documento como olhar do outro para a sua própria reflexão e autoavaliação do que produz na escola.

Diante das críticas, levantadas pelas professoras no Grupo Focal, a fala da professora sintetiza que “[...] o Avalia da prefeitura não alcança o objetivo que deveria ter” (PROF40, 2021, p. 3). A função documental e representacional do Avalia decai principalmente pela falta de compreensão e objetividade avaliativa. Sendo assim, apenas 38,78% (formulário) dos professores concordam que o documento cumpre a sua função como documento escolar.

Assim sendo, 78,67% (formulário) dos professores discordam que o conjunto de Avalia, como um documento formal que acompanha o estudante, seja suficiente para representar a sua história escolar. Em outras palavras: tomar os documentos (Avalia) do decorrer da história do estudante, pouco descreve a sua aprendizagem.

A participação dos professores no formulário gerou correlações estatísticas entre todas as afirmativas. Todas as variáveis são paramétricas e foram computadas pelo software PSPP, para a análise de correlação de Pearson. A TABELA 1 apresenta os dados, na qual está escrito o termo principal de cada afirmativa em coluna e no título das colunas estão os mesmos termos, abreviados para melhor visualização.

Tabela 1 - Correlação entre as afirmativas do formulário

TERMOS	REP	IMP	COM	INC	INTER	INTU	LER	AUT	HIS	VAL	DOC	FIE	NOT	FOR	SIG
Representa	--														
Imprecisas	0,74	--													
Comparar	0*	0,07	--												
Incompreende	0,38	0	0,16	--											
Interdisciplinar	0,02*	0,68	0,32	0,32	--										
Intuitivo	0,14	0*	0,62	0,62	0,35	--									
Ler	0*	0*	0,22	0,22	0,92	0,03*	--								
Autoavaliar	0*	0,84	0,15	0,15	0,9	0,55	0,82	--							
História	0,01*	0*	0,03*	0,03*	0,68	0,04	0*	0,44	--						
Valoriza	0*	0*	0,07	0,07	0,51	0*	0*	0,42	0*	--					
Documento	0*	0,02*	0*	0*	0,41	0*	0*	0,71	0*	0*	--				
Fiel	0,17	0,22	0,35	0,35	0,12	0,01*	0,2	0,39	0,22	0*	0,02*	--			
Nota	0,01*	0*	0,17	0,17	0,02*	0,19	0,42	0,21	0,15	0,16	0,71	0,59	--		
Formato	0*	0,04*	0*	0*	0,55	0*	0*	0,4	0*	0*	0*	0,03*	0,63	--	
Significativo	0*	0,06	0,08	0,08	0,6	0*	0*	0,29	0*	0*	0*	0*	0,61	0*	--
Desenvolvimento	0,28	0*	0,48	0,48	0,01*	0,34	0*	0,48	0*	0,07	0,03*	0,79	0*	0,04*	0,97

*P < 0,05

Fonte: Os autores (2021).

As afirmativas que mais apresentaram correlações são: 'documento' (12 de 16): O Avalia cumpre a sua função como documento escolar (concordância de 38,78%); seguido de 'ler' (11 de 16): Para o profissional, ler o Avalia é suficiente para compreender o "desempenho escolar" do estudante (concordância de 27,72%), e de 'formato' (11 de 16): O formato do Avalia facilita a sua compreensão (concordância de 40,03%).

Por outro lado, as menores correlações estão para: 'autoavaliar' (1 de 16): Compreender o resultado do seu "desempenho escolar" auxilia o/a estudante na sua autoavaliação e sua reflexão escolar (concordância de 73,36%); 'interdisciplinar' (3 de 16): O melhor modo de preencher o Avalia é interdisciplinarmente, a partir do diálogo com outros professores (concordância de 81,46%), e 'comparar' (4 de 16): A família costuma comparar o Avalia com o boletim (concordância de 64,48%).

Discussão

Este artigo busca analisar a suficiência do parecer descritivo no ensino fundamental I – chamado AVALIA – das escolas públicas de Curitiba.

A sistematização desse documento é um grande passo histórico; no passado, esse podia ser elaborado conforme as necessidades e peculiaridades de cada escola, porém, agora, se tornou um documento padronizado, desenvolvido em forma de relatório, para todas as escolas da Rede Municipal de Educação de Curitiba.

O Avalia é um documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, em um formato pré-sistematizado, no qual os professores preenchem os campos com siglas (conceitos), que classificam a aprendizagem dos estudantes. Este processo de sistematização, por um lado, facilita o trabalho docente em relação ao preenchimento da planilha ao unificar os descritores. Porém, por outro lado, perde seu caráter avaliativo, no quesito da avaliação analítica do estudante singular, evidenciando apenas os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Por essa perspectiva é que esse documento sofre críticas, das quais se destacaram: dificuldade da família compreender os conceitos; a fragilidade dos conceitos; a grande quantidade de descritores; a discrepância entre o documento; a avaliação etc.

Em se tratando de um documento de âmbito escolar, é de suma importância que o mesmo seja de fácil compreensão e análise pelas famílias, quando este não atende essa demanda, acaba se tornando um documento sem sentido, sem valor.

Para os professores, o Avalia é um documento de suma importância na escola, pois "O parecer é, sobretudo, a imagem de um trabalho. Ao relatarmos um processo efetivamente vivido, naturalmente encontraremos as representações que lhe deem verdadeiro sentido." (HOFFMANN, 1998, p. 38). O Avalia, sendo um documento que retrata a aprendizagem do estudante, tem utilidade para a instituição. Para o histórico do desenvolvimento do estudante, para o planejamento do professor, para a influência da família e, principalmente, para sua própria autoavaliação, sendo este, sujeito da aprendizagem.

Remontar o Avalia para um sistema quantitativo não sana as dificuldades que o documento reflete, pois uma abordagem quantitativa é objetiva na expressão da aprendizagem, porém oculta a complexidade do desenvolvimento do estudante. Com isso, ressalta-se que a avaliação posta em números fragmenta a representação diversificada da aprendizagem e se torna um instrumento de objetificação do estudante.

Portanto, as demandas para um relatório avaliativo do estudante (AVALIA) de qualidade, que apareceram nesta pesquisa, são: layout de fácil visualização e compreensão; linguagem diversamente compreensível; objetividade das unidades e resultados avaliados; inclusão de elementos cognitivos e do desenvolvimento pessoal do estudante; e, objetividade dos conceitos avaliativos. Em suma, um relatório sintético pode contribuir mais para a compreensão avaliativa do que o contrário.

Os professores se preocupam com a utilidade do documento para a família, isso porque importa manter a relação entre família e escola, tendo o documento como um elo comunicativo; também, porque a família constantemente reclama a expressão avaliativa do documento.

A potencialidade do Avalia é a sua sistematização e encaminhamento tecnológico para sua construção, dado que em outro tempo era desconexo e manual. Sua virtude é a organização de critérios avaliativos coerentes com as diretrizes do ensino fundamental. A fragilidade do Avalia está sobre a sua própria função, que é comunicar a avaliação do estudante; enquanto a leitura do documento não exprimir o resultado da avaliação para o mesmo, para sua família,

para os professores e demais profissionais da composição escolar, o documento não é suficiente.

Anotações finais

Este artigo se valeu da seguinte questão direcionadora de pesquisa: O parecer descritivo, do ensino fundamental I (AVALIA), das escolas públicas de Curitiba, atende a sua própria função? Essa questão surge porque as famílias e professores relatam dificuldade em decodificar as informações do documento.

A questão da pesquisa se desdobrou de diversas queixas sobre o documento, a saber: grande quantidade de descritores; inconsistência dos conceitos avaliativos (siglas); queixa de familiares e professores sobre avaliabilidade educativa do documento; incongruência do documento com a avaliação efetiva da aprendizagem dos estudantes; entre outras situações levantadas nesta pesquisa.

Para sanar esse questionamento, este artigo utilizou a abordagem mista: pela via qualitativa, organizou um Grupo Focal de professores para levantar dados históricos e verificar a função deste documento; pela via quantitativa, utilizou um Formulário eletrônico para mensurar as afirmativas dos professores. A metodologia se mostrou suficiente para responder a questão direcionadora da pesquisa.

Os resultados que revelam que o Avalia tem seu desenvolvimento histórico, que aponta para a sistematização do documento, mas o seu modelo não é compreensível para a família (87,22%), ou para os profissionais (72,28%), de modo que os docentes consideram (61,22%) que este documento não se efetiva com sua função de relatório avaliativo.

Nessa perspectiva, o Parecer Descritivo, do ensino fundamental I (AVALIA), das escolas públicas de Curitiba, não atende a sua própria função, que seja relatar a avaliação dos estudantes em sua singularidade, a fim de que familiares e estudantes consigam assimilar seu desenvolvimento estudantil.

A construção deste artigo coloca em tela duas sugestões de pesquisa, que apareceram como demanda: a receptividade e utilidade do relatório avaliativo na perspectiva dos familiares e um estudo nacional de como as escolas constroem os seus relatórios avaliativos.

Referências

ALMEIDA, V. de. *História da educação e método de aprendizagem em ensino de história*. Palmas: EDUFT, 2018.

BARRETO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 42, p. 103-140, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9795>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Persona, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. [*Diário Oficial da República Federativa do Brasil*], Brasília, DF, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional da Educação. [*Diário Oficial da República Federativa do Brasil*], Rio de Janeiro, abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. [*Diário Oficial da República Federativa do Brasil*], Brasília, DF, ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PR). Deliberação nº 007, 9 de abril de 1999. Normas gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do ensino fundamental e médio. [*Diário Oficial*], Curitiba, abr. 1999b. Disponível em: [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/b15be00846f01f20032569f1004972fb/\\$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sji e8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/b15be00846f01f20032569f1004972fb/$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sji e8_.pdf). Acesso em:

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PR). Parecer nº 487, de 12 de novembro de 1999. Projeto de implantação dos ciclos de aprendizagem (1ª a 8ª séries), na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. [*Diário Oficial*], Curitiba, nov. 1999a.
CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. A. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. *EccoS: Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 275-290, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v7i2.417>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/417>. Acesso em: 1 set. 2021.

HOFFMANN, J. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

INEP. IDEB: resultados e metas. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MAINARDES, J. *Reinterpretando os ciclos de aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Leonor. *Auto-avaliação regulada: porquê, o quê e como?*. Lisboa: Departamento do Ensino Básico, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4884>. Acesso em: 1 set. 2021.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.